

# América Latina aprova sua proposta para Carta da Terra

*Documento preparado por delegados de 20 países em conferência em Cuiabá enfatiza questão social*

SIMONE BIEHLER MATEOS

Enviada especial

**C**UIABÁ – A Conferência Continental das Américas aprovou ontem, em Cuiabá (MT), a proposta latino-americana de Carta da Terra, uma espécie de código de ética planetário, a ser promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002 para tornar-se o equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos nas áreas de sustentabilidade, equidade e justiça. A proposta, elaborada por cerca de cem delegados de 20 países, representa um substitutivo integral à minuta inicial da ONU, centrando seu enfoque na questão da justiça social.

Os dez princípios básicos da Carta da Terra proposta pela América Latina colocam justiça, democracia, respeito à diversidade (biológica e cultural), solidariedade, equidade, honestidade, paz, conservação do patrimônio natural, cultural e histórico, prevenção a impactos ambientais e amor como condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. O documento destaca ainda as responsabilidades diferenciadas dos países desenvolvidos em relação à concretização desses princípios.

Durante a conferência, aprovou-se também a proposta brasileira de Carta da Terra. O documento destaca a necessidade de compartilhar entre as nações não só os benefícios dos recursos naturais, mas também da ciência e tecnologia, e propõe a criação de mecanismos de taxação dos lucros do capital especulativo, do sistema financeiro e da indústria da guerra para criar um fundo internacional de fomento a projetos socioambientais, orientados para a erradicação da pobreza.

**Mudança** – “A Carta da Terra proposta pela América Latina tem por objetivo mudar todo o modo de agir e pensar da humanidade, hoje centrado exclusivamente na competitividade”, explicou Verónica López, da Comissão Relatora e delegada da Bolívia. A conferência aprovou ainda estratégias de ação para sensibilizar políticos e empresários para que adotem leis e políti-

cas condizentes com a carta.

A educação foi apontada como outra área prioritária dessas ações. “Todas as nações devem comprometer-se a introduzir a visão latino-americana de ética expressa na Carta em seus programas educacionais de todos os níveis, até mesmo na educação informal”, disse Marcelo Decoud, secretário da Comissão Parlamentar Latino-Americana de Meio Ambiente (Clima), ressaltando que países como Uruguai, México, Guatemala, Bolívia e Cuba já começaram a fazer isso.